



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE: REFORMANDO O JECA TATU

Tereza Cristina P. Favaro¹

Resumo: esta comunicação versa sobre o Serviço Social e o Desenvolvimento da Comunidade, conciliando o humanismo cristão aos interesses políticos de legitimação do capitalismo, articulado ao setor agrário, conservador e fundiário. Nesta direção, problematizo a presença do Serviço Social na experiência agrária desenvolvida em Goiás, voltada à modernização capitalista e à defesa da ordem pública no campo.

Palavras-chave: Serviço Social; Desenvolvimento da Comunidade; Capitalismo; Latifúndio.

Abstract: This communication deals with Social Work and Community Development. Reconciling Christian humanism with the political interests of legitimizing capitalism, articulated to the agrarian, conservative and land tenure sector. In this direction, I problematize the presence of Social Service in the agrarian experience developed in Goiás, aimed at capitalist modernization and the defense of public order in the countryside.

Keywords: Social Service; Community development; Capitalism; Latifundio

1. Introdução

No chão histórico, o Serviço Social brasileiro não pode ser visto deslocado do contexto socioeconômico e político em que se insere. Nesse entendimento, retomamos as configurações assumidas entre 1945-1964, motivadas por circunstâncias conjunturais, sob o ponto de vista político, econômico e cultural, que tomam um viés tecnicista e racional ao se aproximar do Serviço Social estadunidense e de suas propostas de trabalho sustentadas pelo conservadorismo da teoria social positivista e dos procedimentos de caso, grupo e comunidade. Disso resultou o enfrentamento da questão social nos moldes do ajustamento e da ajuda psicossocial (ANDRADE, 2008).

Nessa condição, o Serviço Social brasileiro distanciou-se da orientação franco-belga, que creditou à atividade profissional um caráter missionário e vocacional, o qual marcava a gênese do Serviço Social, com ênfase na religião,

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Goiás. E-mail:<cristina_gyn@hotmail.com>.

na moral e na ética profissional articuladas à ordem burguesa, assumindo um posicionamento moralizador frente à questão social, de culpabilizar o indivíduo por sua condição social, e de atribuir a ele, sua força de vontade, sua moral, a possibilidade de reverter aquela realidade.

Tal aproximação reverberou no intercâmbio entre escolas de Serviço Social, influenciando currículos e disciplinas, e um “movimento profissional de tentativa de teorização e na emersão de um status profissional que até então a profissão não havia alcançado” (PEREIRA, 2016). Sob a influência do Serviço Social estadunidense e das teorias de caso, grupo e comunidade, há uma valorização da aprendizagem através da experiência, da técnica, como um fim em si mesma, na crença da existência de fatos, sem, contudo, estudá-los. Buscou-se ajustar o homem ao meio social. Isso significa que

[...] a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social (LÖWY, 1985, p. 39).

Por esse viés, a formação profissional do assistente social enfatiza o técnico-operativo, dissociada da dimensão teórica, restrita ao uso correto e adequado de instrumentos e técnicas. Observa-se, assim, a valorização do aprender fazendo, ou seja, a prática pela prática e o emprego eficiente de técnicas sem a devida reflexão. Nessa quadra, o estágio orientado por essa lógica praticista, nega as contradições, reforça o conformismo. É conservador dos valores e legitima a ordem do capital ao intervir sobre os efeitos da questão social.

Nada foi por acaso. Naquela conjuntura, a expansão industrial veio acompanhada do crescimento do proletariado urbano, das precárias condições de trabalho e o aviltante quadro de exploração e dominação impostos pelo capital. Tais circunstâncias exigiram a intervenção do Estado para garantir as condições necessárias à expansão capitalista. Vem daí a criação das grandes instituições assistenciais para atender às demandas postas pela questão social

e suas expressões (fome, desemprego, violência, entre outras), e controlar as lutas sociais. Assim, o Estado define medidas de política social, bem como a legislação (especialmente a trabalhista). Disso resultou a legitimação do Serviço Social, como profissão na divisão social do trabalho e na sua institucionalização (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).

Por sua vez, no plano internacional, com o fim da Segunda Guerra (1939-1945), foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, durante a Conferência de São Francisco, com o objetivo de assegurar a paz mundial e a cooperação entre as nações sob o domínio estadunidense.

Ademais, da Segunda Guerra Mundial emergiu a *Guerra Fria*, expressão dos embates políticos, econômicos e ideológicos entre duas grandes potências mundiais, em busca de ampliar suas áreas de influência: Estados Unidos e União Soviética. Com efeito, a ordem mundial encontrava-se, dessa forma, oposta e dividida em seus anseios, ideologias e políticas.

À vista disso, os EUA deflagraram uma política de combate ao perigo vermelho ao redor do mundo. Assim, era preciso fazer com que o foco da opinião fosse dirigido para outro aspecto, insuflando outro sentimento. Para tanto, lança mão de diferentes estratégias para vangloriar o "American Way of Life" (estilo de vida americano) e satanizar o comunismo como algo repulsivo, deplorável, negativo.

Em meio às disputas, o fortalecimento do bloco socialista e sua expansão aos países orientais foi visto como ameaça aos países capitalistas, atingidos pela perda de suas colônias. Dentro desse quadro, a ONU assume a bandeira da social democracia e a busca de estratégias para garantir a ordem social e proteger o mundo dos "regimes e ideologias consagradas como não-democráticas" (AMMANN, 2013, p. 45).

De encontro aos ideais pretendidos, os Estados Unidos, com apoio da ONU, voltam sua ofensiva para os países pobres, sobretudo aqueles situados na América Latina, mediante uma política de assistência técnica, como tentativa de frear o avanço do comunismo por acreditarem que a população pobre era mais suscetível às investidas comunistas.

Disso resultou, por parte da ONU, o lançamento do Desenvolvimento de Comunidade (DC). Embalado pelo discurso do desenvolvimento, na verdade, o DC obscurecia o sentido ideológico de suas ações e práticas a serem tomadas para promover e garantir a adesão dos países subdesenvolvidos aos países industrializados, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do capitalismo.

2. Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade e o Jeca Tatu

No Brasil, com mais vigor, a DC aconteceu a partir da década de 1950 do século passado, por corolário, estariam incluídos nesse escopo, a alavancar o progresso econômico, social e cultural da comunidade,² com participação ativa desta, na melhoria do seu nível de vida com apoio técnico governamental, para tornar mais eficazes os programas de ajuda mútua. Disso resultou a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 9 de maio de 1952,³ com abrangência nacional, estruturada por meio de Missões Rurais, Centros Regionais de Treinamento de Educação de Base, Centros de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais, Centros Sociais de Comunidade, Orientação de Líderes Locais e Centros de Treinamento de Cooperativismo. Tais programas, nos moldes de extensão rural, tinham como pano de fundo a ideia do atraso cultural e econômico da população rural, vista como desajustada ao sistema social e econômico. Marcadas pelo viés assistencialista, as ações eram descontínuas e pontuais, enfatizavam o desenvolvimento rural por meio da modernização da agricultura, “[...]tendo por estratégia a *Educação de Adultos*”, conduzido pelas Missões Rurais (IAMAMOTO e CARVALHO, p. 345, 2005), sob a perspectiva desenvolvimentista, que emergia decisivamente naquele momento histórico.

Inspiradas no modelo mexicano no sentido da integração social, nos moldes funcionalistas, as missões eram compostas por agrônomos, médicos,

²Consubstanciado em Candido (1971), figura-se como importante estrutura social para a reprodução da sociedade camponesa. Congregando famílias, de alguma maneira vinculadas pelos sentimentos de localidade, pela convivência, pelos laços de confiança e de solidariedade entre vizinhos, pelas atividades religiosas.

³Segundo período do governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954).

assistentes sociais e técnicos em economia doméstica que percorriam o interior do Brasil, incentivando a permanência do homem na região rural.

Acerca do mundo rural, parece-nos oportuno trazer a reflexão de Santos e Lusa

O rural abarca uma infinidade de sujeitos, os quais podem ser representados na figura dos povos quilombolas, indígenas, assentados, ou mesmo por aqueles que não exercem atividades agrícolas. Destaca-se, aqui, a atenção para aqueles que, diante da concentração fundiária e de todas as problemáticas que esta trouxe, desenvolveram uma luta social e política não somente por terra, mas também por condições de vida digna (2014, p. 257).

Nota-se que tais atividades mobilizavam latifundiários, pequenos produtores, meeiros, posseiros, arrendatários e diaristas para discutir as questões da comunidade e buscar respostas para os problemas. Com isso, a questão social é despolitizada, sem colocar em pauta os antagonismos entre as classes e a desigualdade no campo, resultante da concentração da propriedade de terras nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, desconsiderando o latifúndio e tudo o que ele representa e a realidade camponesa, marcada pela miséria, exclusão.

Com efeito, tudo isso implicou a criação de programas, sob a responsabilidade dos Ministérios da Agricultura, de Ministério da Educação e Saúde, alguns com apoio de entidades estadunidenses, como a Comissão Brasileiro-Americana de Educação de Populações Rurais (CBAR) e também da Igreja Católica. Além da alfabetização, aí estariam incluídos cursos rápidos e práticos, sobre higiene, alimentação, técnicas agrícolas, noções de primeiros socorros, trabalhos manuais, economia doméstica, dentre outros. Dispondo ainda de outros recursos como imprensa, rádio, cinema, na ofensiva de adequar o homem do campo ao modelo de desenvolvimento nacional, inculcar os ideais de progresso, aliviar as agravantes da questão social e, sobretudo, garantir a ordem e o controle social diante da mobilização e organização camponesa, sem colocar em risco a construção da hegemonia burguesa na América Latina

(BARREIRO, 2010), que tem por ordem a acumulação crescente e ampliada do capital.

A essa atmosfera urbana e capitalista, associava-se o desenvolvimento, a modernidade, a racionalidade e o cientificismo. Esse conjunto de circunstâncias envolvendo a questão agrária instiga, ainda nos anos 1950, a criação do Serviço Social Rural (1955),⁴ decisiva para o reconhecimento do Desenvolvimento de Comunidade como “[...]nova opção de política social para atuar nos meios sociais marginalizados pelo desenvolvimento econômico e, portanto, como nova disciplina” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 345,). Com isso, os assistentes sociais começam a assumir, nos espaços sócio-ocupacionais, diferentes áreas, as funções de coordenação e de planejamento de programas sociais.

No horizonte maior deste movimento, o assistente social vai atuar diretamente na vida dos trabalhadores rurais, lançando mão de práticas assistencialistas, ajustadoras, na perspectiva do controle social. Assim, o sujeito miserável, ignorante, abatido pela doença, pelo alcoolismo, deveria ser ajustado a uma postura moralizadora atribuída ao trabalho e à família.

As estratégias mobilizadas foram variadas, incluindo visitas domiciliares, reuniões, palestras, realização de inquéritos e estudos, aconselhamentos às famílias, ao sujeito, respondendo de forma pontual demanda de ordem material, moral e/ou social. Nesse quadro, a atuação do assistente social foi direcionada para a conciliação de classes e para prevenção de conflitos sociais no sentido de garantir a ordem e contribuir para o desenvolvimento econômico. Para tanto, recorre aos aportes teóricos para explicar a realidade social, a ética vinculada à moral conservadora do neotomismo, e o positivismo como a perspectiva analítica, então hegemônica nas Ciências Sociais (ANDRADE, 2010).

⁴O Serviço Social brasileiro acompanhou de perto a iniciativa do Ministério da Agricultura via Comissão Nacional de Política Agrária (CNP), encarregada de coordenar os estudos necessários à organização do novo serviço. Em 11 de outubro de 1955, a CNPA promoveu um simpósio, do qual participaram, entre outras entidades, a Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro a Associação Profissional das Assistentes Sociais do Distrito Federal, a Ação Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria, a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Internacional. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-social-rural>

Sem perder de vista que, naquele contexto, registravam-se as primeiras lutas camponesas organizadas, por um pedaço de terra para trabalhar e manter, de forma mínima, as condições necessárias para sua sobrevivência e pelo direito de construir a vida no meio rural. Tal movimento atinge projeção nacional nas décadas de 1950/1960, com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e, foi interrompido pelo Golpe civil-militar de 1964. De todo modo, a luta pela terra é de longo tempo, “os índios, os primeiros a enfrentar a fúria do colonizador na sua saga por terras. Depois veio a resistência negra nos quilombos e muitos outros conflitos que surgiam pelo país afora” (JESUS, 2011, n.p.), marcados pela violência, morte e manutenção do latifúndio.

A figura do Jeca Tatu⁵, de Monteiro Lobato, retrata bem o estereótipo construído em relação ao homem do campo, a personificação do atraso econômico do Brasil, responsável pelos infortúnios no meio rural. Com desrespeito a seus valores, crenças e cultura, foi visto como um atraso à modernidade. O Jeca Tatu, passou, então, a ser o modelo do que se pretendia superar deixar no passado. Ora, tornava-se evidente a influência de um modelo importado na construção da identidade brasileira.

3. O Serviço Social e o agrarismo maurista: processo, sentido e desdobramentos

A nossa perspectiva de análise empreendida até aqui, considerando as condições sócio-históricas, e os embates, tendo como base os interesses e reivindicações de grupos diversos com objetivos distintos, a presença do Serviço Social no projeto de desenvolvimento agrário colocado em marcha pelo Governo Mauro Borges (1961-1964)⁶ no estado de Goiás, entrecruza-se com as

⁵Estereótipo construído de forma pejorativa, caipira, preguiçoso, incapaz intelectual. Na realidade é vítima da civilização, do descaso e do abandono das populações rurais, sucumbido a uma vida miserável. (CANDIDO, 1971).

⁶Militar com formação pela Escola de Estado-Maior do Exército, foi eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), com apoio informal das Ligas Camponesas e do Partido Comunista brasileiro (PCB). Assumiu o compromisso por uma política agrária para regularização das terras, o que contemplava em parte, as demandas camponesas, com a entrega definitiva dos títulos. Com isso, os camponeses acreditaram que teriam espaço para realizar seu projeto político, confiando na adoção de uma política para a resolução dos

estratégias política e ideológica do Desenvolvimento de Comunidade. A proposta governamental era “transformar o homem rural [...] fazer uma revolução agrícola, conduzindo a uma verdadeira mudança social” (IDAGO, 1963).

Tal projeto assumiu o compromisso com a modernização capitalista no campo e a retomada da política de colonização agrícola, em consonância com uma conjuntura marcada pela busca incessante do desenvolvimento econômico e de efervescência dos movimentos sociais, das ligas camponesas em luta pela posse da terra, como foi o caso de Trombas e Formoso.⁷ A mobilização no campo preocupava os setores conservadores da sociedade goiana/brasileira e também Mauro Borges. Em Goiás, foi significativo o crescimento da organização camponesa; em contraposição, os latifundiários criaram a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) (FAVARO, 2016b).

Naquela conjuntura, o estado de Goiás registrava urbanização crescente, associada à ostensiva presença do latifúndio, com tudo que ele representava, a questão agrária como questão social. A propriedade de muitas terras nas mãos de poucos proprietários, com isso, domínio político e econômico; na outra ponta, os camponeses lidavam com as expressões da questão social: miséria, exclusão, desigualdade e violência/repressão para aqueles que ousaram lutar pelo direito à terra.

De acordo com o censo agrícola de 1950, existiam em Goiás 63.736 estabelecimentos agrícolas, ocupando área de 245.881 km², equivalente a 40% da área do estado. Os dados falam por si. Ao longo dos anos, o setor agrário goiano foi-se adaptando à conjuntura socioeconômica, passando por especialização e reorganização, sem que se alterasse estrutura de produção. Aliás, muito ao contrário, o padrão de especialização adotado pela agropecuária

conflitos, que colocaria fim às perseguições e violências sofridas pela ação dos grileiros e fazendeiros (FAVARO, 2015).

⁷ O movimento político de Trombas e Formoso expressa o enfrentamento camponês ao Estado e aos latifundiários, em meados da década de 1950, em Goiás, contra o processo de expropriação de terra conduzida por grileiros. A Revolta de Trombas e Formoso, assim como ficou conhecida, configura-se como uma das lutas camponesas mais expressivas do país, por seu protagonismo e organização política e social, haja vista a conquista do título das terras mediante o embate com grileiros e o próprio Estado (FAVARO, 2015).

robusteceu o latifúndio como forma de propriedade, reforçou a estrutura de produção no campo a serviço do mercado, com rebaixamento dos preços dos bens primários e, conseqüentemente, o rebaixamento da remuneração da mão de obra, a exploração do lavrador, garantindo ao capital e ao proprietário da terra extorquir o máximo do seu sobretrabalho. O modelo atendia a interesses, inclusive o político. E, desse modo, em Goiás, “[...] a natureza social e ideológica do poder emergente em 1930 contribuiu para manter inalterada a estrutura fundiária e bloqueou qualquer ação política no sentido de transformá-la” (BORGES, 2005, p 129). Para Bruno, “[...] Os males do latifúndio não se restringiam ao rural, e seriam responsáveis pela não qualificação da mão-de-obra, a favelização, o empreguismo e o peleguismo” (1995, p. 19).

A dinamização da região, os conflitos sociais no campo, mostraram nesta disputa eleitoral ao Governo de Goiás ser imperiosa a reorganização do espaço agrário goiano. Por assim compreender, a gestão maurista contratou a assessoria do escritório privado de Paulo de Assis Ribeiro/ETPAR (RJ), eminente membro do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), destacado organismo anticomunista e representante dos interesses da burguesia. Isso resultou em ações afinadas com diretrizes de intervenção na agricultura, formuladas pelo IPES nas bases da modernização capitalista no campo e da retomada da política de colonização agrícola. Acrescentando ainda que a atuação política desse escritório e sua “elite técnica” significava a incorporação de projetos privados de classe como demandas das políticas públicas. Em suma, na prática, não colocavam em risco os interesses dos latifundiários, mas contrapunham a ofensiva camponesa com a colonização em bases cooperativistas, estratégia que se aproximava, em parte, da experiência adotada em 1941 pelo governo estadonovista de Vargas, ao criar, no município goiano de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (GANG), dentro da proposta da Marcha para o Oeste, de ocupação e interiorização do país, com início pelo Centro-Oeste, deflagrando forte processo migratório para Goiás (FAVARO, 2015).

O Conjunto das estratégias colocadas em prática para garantir a efetivação das diretrizes apontadas pelo ETPAR, não deixa dúvida do empenho da gestão maurista em relação à intervenção no agro goiano: a criação do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO) sob o comando de militares de alta patente do exército brasileiro, a assessoria dos técnicos franceses para a indicação da local e dos israelenses na organização das cooperativas; o Serviço Geográfico do Exército delimitou as áreas a serem instalados os combinados, com base em levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Brasileira (FAB); o Departamento de Psicologia e Psicotécnica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) fez a seleção dos colonos, utilizando testes psicológicos — uma inspiração taylorista — como estratégia para reduzir a ocorrência de desajustamento no ambiente de trabalho e aumentar a produtividade e a satisfação dos trabalhadores.

Toda a rede de sentido desse projeto agrário com base na utilização de técnicas, insumo, mecanização da lavoura, disciplinamento da força de trabalho, era buscar maior produtividade, maior competitividade e maiores lucros, ao tempo em que atendia a lógica capitalista por impulsionar naquele contexto, o promissor mercado industrial de equipamentos e insumos para a agricultura, capaz de responder à exigência da intensificação produtiva. Sob essas diretrizes, a política agrária colocada em marcha pela gestão maurista de modo incontestado, legitimou e efetivou as estratégias necessárias à consolidação do projeto político-ideológico que asseguraria o progresso e a modernização do agro, com ênfase na técnica e na defesa da ordem pública, em sintonia com a estratégia de segurança nacional, controlando as agitações e combatendo a subversão no campo, identificadas nas ações empreendidas pelas esquerdas, sobretudo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelas Ligas Camponesas (FAVARO, 2016a).

3.1A presença do Serviço Social no Combinado ...nas trilhas do Jeca Tatu

Sob a ditadura militar, a inserção do Serviço Social junto ao Combinado Agro-urbano de Arraias⁸ em 1964, caminhou *pari passu* com as diretrizes curriculares do curso, moldada na modernização conservadora, de braços dados com o pragmatismo e o positivismo. Isso quer dizer que a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás mantinha estreita relação com o Governo Mauro Borges, colaborando na busca de solução para os problemas rurais existentes.

Dessa forma, a inserção do estagiário constituía a oportunidade de vivenciar a prática profissional e projetava para o Serviço Social, boas expectativas em relação à formação. A atuação do estagiário, naquela conjuntura, sem a presença do supervisor, estava em consonância com as necessidades do contexto do campo de estágio, um lugar do fazer prático, de valorização dos instrumentos, das técnicas e da eficiência em seu manejo, da reflexão superficial, imediatista sem apreender as contradições da realidade. O Serviço Social em sintonia com o Desenvolvimento da Comunidade, centrava o trabalho na organização e mobilização dos colonos e suas famílias para a implementação das ações voltadas ao progresso e à modernização do agro, de cunho psicologizante e moralizador. Como explica Trindade (2001, p. 11),

A psicologização funciona, então, como um elemento legitimador da ordem monopólica, não só quando coloca sobre o indivíduo a responsabilidade por seu destino social, [...]mas empreende-se uma forte tentativa de definir os papéis sociais dos indivíduos, de acordo com os conteúdos econômicos, sociais, políticos e ideológicos compatíveis com a ordem monopólica.

Portanto, um dos traços significativos da presença do Serviço Social não era entender nem se aprofundar na questão agrária como expressão da questão social, mas relacionar a questão social a questões puramente individuais, reforçando a ideia de que as causas das mazelas sociais se encontravam no indivíduo. Sem reconhecer o colono como classe, os problemas e as situações iam sendo identificados isoladamente, com soluções individualizadas, sem se

⁸Distância de 484,77 km de Goiânia, naquela conjuntura o município pertencia ao estado de Goiás. Com a divisão do estado, o município pertence ao Tocantins.

estabelecer uma relação crítica com a realidade onde se estava, ao priorizar os aspectos individuais de cada sujeito, descolando-o dos outros sujeitos e de suas particularidades.

Com o apoio da *Cartilha para o Combinado Agro-Urbano*, produzida pelo IDAGO, para ditar regras de funcionamento e de comportamento a serem seguidas pelos colonos e familiares, o estagiário de Serviço Social desenvolveu um “trabalho de adaptação social através de visitas, entrevistas”, palestras, contato com a escola, o posto de saúde, buscando divulgar a filosofia do Combinado, as regras de funcionamento, os serviços disponíveis (BRITO, 1964, p.51). Uma atuação voltada ao enquadramento dos colonos “[...] surgem com muita frequência atritos entre os colonos e a administração. Fazia parte do nosso trabalho evitar tais fatos”(BRITO, 1964, p.34). Como se vê, a intenção era garantir a ordem, manter a disciplina, a coesão, e, reduzir a ocorrência de desajustamento no ambiente de trabalho e assegurar a eficiência e a produtividade. O objetivo era a “reforma social, a partir da reciclagem do homem e de sua família” (TRINDADE, 2001, p. 9).

Favaro (2016) observa que não se pode negar que esses momentos se constituíam em espaços privilegiados para o estagiário de Serviço Social. Pela possibilidade de aproximar do colono, da família, estreitar os vínculos, ganhar sua confiança. Nesses encontros, tinha a oportunidade de adentrar em suas casas, perguntar-lhes sobre a vida, orientar, ouvir, esclarecer dúvidas, aconselhá-los, chamar-lhes a atenção para prevenir alguma "desorganização". Sem, contudo, perceber as necessidades, de uma forma crítica, coletiva, transformá-las em reivindicações. A utilização desses instrumentos, reforça a intencionalidade do trabalho de formação moral e de adesão do colono aos interesses do Combinado. Era o Serviço Social atuando para garantir a disciplina, assumindo uma “prática educativa com intervenção normativa no modo de vida da clientela” (BRAVO, 2004, p.29). Disseminando regras de higiene, saúde e comportamento, com vistas a superar o *atraso*. Sob a perspectiva do higienismo, de ensinar o Jeca a usar botas e prevenir/reduzir a

ocorrência de doenças infecto-contagiosas, que pudessem comprometer a força de trabalho.

As demandas e requisições postas ao Serviço Social tratavam de garantir a adaptação do colono à rotina. Apaziguar os conflitos sociais, acalmar as tensões, esclarecer os mal-entendidos, buscar no próprio Combinado a solução ou a minimização dos problemas sociais que os afetavam, conforme os princípios do Desenvolvimento da Comunidade. Havia, ainda, o esforço em promover a construção de relações solidárias e laços emocionais e afetivos entre os colonos, servindo isso de estratégia ideológica para coibir conflitos, manter o clima de confiança no sucesso daquela experiência de colonização (FAVARO, 2016b).

Por tudo, a atuação do Serviço Social, tornou-se, então, importante instrumento de controle social. É necessário mencionar o papel atribuído ao controle social naquele contexto, funcionando como estratégia de repressão do Estado sobre a sociedade, onde a menor ameaça à ordem estabelecida era reprimida. O Serviço Social era visto “como auxiliar e subsidiário do controle social e na difusão da ideologia dominante” (IAMAMOTO, 2005, p.23).

Assim, sua atuação respaldava a direção do IDAGO na aplicação de estratégias de cunho moralizador, disciplinador e repressor, desfazendo dos não-adaptáveis ao sistema, uma tentativa de impedir qualquer mobilização dos colonos diante das insatisfações, buscando a harmonia, o bem-estar do Combinado e a distância de qualquer influência subversiva. Afinal, para lamamoto (2005, p.238) “o julgamento moral tem por base o esquecimento das bases materiais das relações sociais.” Na verdade, a atuação do Serviço Social esbarrava no próprio limite do Combinado. Cobrar mudança de hábito sem uma preocupação com a melhoria das condições de vida dos colonos, capaz de torná-las dignas. Na Rurópolis, o estagiário vivia o conflito da falta de acesso a moradia digna – as casas eram de pau-a-pique e cobertas de folhas – instalações sanitárias, luz elétrica, água encanada, assistência à saúde, subalternizando ainda mais os colonos, impedindo seu protagonismo na reprodução da vida em melhores condições.

4.Considerações finais

Como se pôde perceber, a finalidade da iniciativa proposta pela gestão maurista era atenuar os conflitos pela posse da terra, desmobilizando a luta camponesa, negando suas formas tradicionais de vida, trabalho e organização, deslocando o eixo da questão fundiária para a ausência de técnica e induzindo o aparecimento de um *novo trabalhador rural* para responder ao projeto agrícola em bases produtivistas e racionais, e submetê-los à lógica do imperialismo, expropriando-os de seus conhecimentos e de sua própria terra.

Nesse cenário, o Serviço Social, com suporte do Desenvolvimento da Comunidade, estabeleceu uma interlocução privilegiada com os propósitos mauristas, reforçando os traços conservadores da profissão junto aos colonos e suas famílias, mediante uma ação educativa e preventiva dos problemas sociais, de despolitização da questão social, com vistas a integrá-los às exigências do capitalismo.

Nota-se que esse projeto, como tantos outros, fortaleceram a questão social, o aumento da exploração da força de trabalho, com deterioração das condições de vida e trabalho no campo, e o agravamento do êxodo rural. Historicamente, tal realidade tem levado os trabalhadores a forjar, na luta coletiva, a resistência diante da exploração e das aviltantes condições de sobrevivência a que estiveram e estão historicamente submetidos, demarcando uma luta para além de um pedaço de terra, ou seja, uma luta, sobretudo, contra a opressão imposta pelo capital.

5. REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. *O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961*. Revista Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.
- AZEVEDO, Gustavo Souza. *A propaganda norte-americana na Guerra Fria como ferramenta para construção hegemônica (1947 - 1972): Uma Análise Laclauiana*. 42º Encontro Anual da ANPOCS Grupo de Trabalho 12 – Estudos sobre Estados Unidos. Caxambu – Minas Gerais, 2018.
- BARREIRO, IMF. *Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p. ISBN 978-85-7983-130-0. <<http://books.scielo.org>>.
- BRITO, Raimunda Luzia de. *Uma experiência de trabalho num núcleo de colonização*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de Serviço Social. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1964.
- BRUNO, Regina. *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto*. 1995. Disponível <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/80/76>. Acesso: 12 mai.2019.
- CANDIDO, Antonio. (1971) [1964], *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida. 2ª edição, Rio de Janeiro, Livraria Duas Cidades.
- FAVARO, T. C. P., *A experiência agrária em Goiás - governo Mauro Borges (1961-1964): o serviço social sob o céu do Combinado Agrouro urbano de Arraias*. In: XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 2016, Anais... Brasília: ABEPSS, 2016b.
- _____. *A experiência agrária em Goiás no governo Mauro Borges: sentido e desdobramentos* Revista Katálysis., Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 175-183, jul./set. 2016a.
- _____. *O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2015.
- GOIÁS. *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*. Instituto de Desenvolvimento Agrário. Goiás, 1963. CERNE: Goiânia.

_____. *Plano de Desenvolvimento Econômico do Governo Mauro Borges*. Vol. I Análise da Estrutura Econômica do Estado. Vol. II – Diretrizes para 1961 – 1965. Goiânia: 1961.

IAMAMOTO, M. V. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* / Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 18 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

JESUS, Alex Dias de. *Das Ligas ao MST: luta pela terra e a territorialidade camponesa*. 2011. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/09.pdf> acesso em 19 mai 2019.

LÖWY, M. *Método dialético e teoria política*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1985.

PEREIRA, Mariana de Castro Figueiredo. *80 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: a influência norte americana na construção da identidade profissional e seus rebatimentos na atualidade*. Anais do II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro. 13 a 16 de maio de 2016.RJ.

SANTOS, Amanda Farias dos; LUSA, MailizGaribotti. *Política Agrária: extensão rural e Serviço Social, a equação possível*. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 243-273, jul./dez. 2014.

SOUZA, D. B. *1964 em Goiás: o ovo da serpente*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. *Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais*. *Revista Temporalis* nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*. Brasília: ABEPSS, Graffline.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. *As políticas de desenvolvimento de comunidades rurais no Brasil: a (re)organização do território rural no município de Catalão (GO)*. *Espaço em Revista*. ISSN: 1519-7816 vol. 10 nº 1 jan/dez. 2008.